

**PARA NÃO BENEFICIAR TODOS OS TRABALHADORES E PENSIONISTAS, GOVERNO TROCA NO IRS A ATUALIZAÇÃO DA “DEDUÇÃO ESPECÍFICA” PELA ATUALIZAÇÃO DO “MÍNIMO DE EXISTÊNCIA”, E A CAMPANHA DO EXPRESSO CONTRA OS TRABALHADORES DA AUTOEUROPA**

Segundo o nº 1 do artº 70 do Código do IRS, “ *não pode resultar, para os titulares de rendimentos predominantemente originados em trabalho dependente ou em pensões, a disponibilidade de um rendimento líquido de imposto inferior a 8 500€*”

E numa política para criar a ilusão de recuperação de rendimentos e de facto consumado, o atual governo fez passar para a comunicação social (a “*decisão está fechada no governo*”, divulgou o Expresso de 2.9.2017 na sua capa), de que iria atualizar o “*mínimo existência*” de 8.500€ para 8.848€. Este aumento de 4% não determina qualquer melhoria para os portugueses que têm atualmente para viver 8.500€ ou menos por ano; e mesmo mais mas que, deduzido o IRS que pagam, ficavam com menos de 8.500€/ano. Os que poderão eventualmente ser beneficiados, são apenas aqueles que têm para viver mais de 8.500€ e menos de 8.850€/ano e pagavam IRS, e pagando-o ainda ficavam com mais de 8.500€/ano. Também serão beneficiados aqueles que recebem mais de 8.850€, mas que deduzindo o IRS ficavam com mais de 8.500€ e menos de 8.850€/ano. Neste caso será deduzido apenas o IRS que for necessário para que o contribuinte ainda fique com rendimento anual de 8.850€. Portanto, a passagem do mínimo de existência de 8.500€ para 8.850€/ano, apenas beneficiará, e o benefício será variável, aqueles que têm um rendimento anual bruto entre 8.600€ e 8.950€/ano. É evidente que o número de portugueses beneficiados com esta medida ilusão do governo PS será certamente muito reduzido. Estimamos que represente menos de 4% dos agregados que pagam IRS.

**A MEDIDA MAIS JUSTA SERIA ATUALIZAR A “DEDUÇÃO ESPECÍFICA” QUE ESTÁ CONGELADA DESDE 2010, E QUE DETERMINA TODOS OS ANOS O AUMENTO INVISÍVEL DA CARGA FISCAL PARA TODOS OS TRABALHADORES E PENSIONISTAS**

Uma medida muito mais justa e equitativa, pois beneficiaria todos os trabalhadores e pensionistas, seria atualizar a chamada “*dedução específica*”, congelada desde 2010.

Segundo alínea a) do nº1 artº 25º do Código do IRS existe uma parcela dos rendimentos do trabalho (4.104€), designada por “*dedução específica*” (*uma espécie de mínimo de existência que beneficia todos os trabalhadores e pensionistas e não apenas poucos*), que não está sujeita a imposto. De acordo com o nº 1 do artº 53 o mesmo acontece em relação aos rendimentos que têm como origem pensões, em que 4.104€ é deduzido e não sujeito a IRS.

Até 2010, essa parcela estava indexada ao Salário Mínimo Nacional (*correspondia a 72% do SMN x 12*). Em 2010, o governo de Sócrates desindexou-a e tem sido mantida congelada em 4.104€ desde 2010, à “*espera*” que o IAS atinja o valor do Salário Mínimo Nacional de 2010 para depois ser atualizada de acordo com este. O congelamento da “*dedução específica*” determina que todos os anos a carga fiscal sobre os trabalhadores e pensionistas aumente automaticamente de uma forma silenciosa e invisível, que tem passado despercebido à maioria dos portugueses e que é sistematicamente silenciado pela generalidade dos media por conviência ou ignorância. É por esta razão também que a carga fiscal aumentou sobre os trabalhadores e os pensionistas, em 2011, em 2012, em 2013, em 2014, em 2015, em 2016, e em 2017, e este governo pretende continuar a aumentar a carga fiscal mantendo congelada a “*dedução específica*”.

**SÓ EM 2017, TRABALHADORES E PENSIONISTAS PAGARAM MAIS 162 MILHÕES € DE IRS DO QUE DEVIAM TER PAGO**

Para que os portugueses possam ficar com uma ideia do aumento da carga que é automaticamente feito todos os anos sobre quem trabalha e quem está reformado ou aposentado vamos calcular esse aumento da carga fiscal em 2017, servindo de exemplo.

Se a “*dedução específica*” tivesse continuado indexada ao Salário Mínimo Nacional, isso determinaria que, em 2017, os rendimentos de Trabalho e de pensões não sujeito a imposto não seria 4.104€, como é atualmente e consta do Código do IRS, mas sim 4.104€ mais 708€, ou seja, 4.812€. Isto determinaria que mais 1.116,8 milhões € de rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas não seriam sujeitos a imposto, o que significaria que estes (*trabalhadores e pensionistas*) pagassem, em 2017, menos 161,9

milhões € de IRS, ou seja, cerca de 6 vezes mais do que os efeitos da atualização do “*mínimo de existência*” que só beneficia os “pobrezinhos” esquecendo os outros.

Uma pergunta para reflexão dos leitores: Quem tem coragem e vontade política para por cobro a esta grave injustiça que lesa há vários anos todos os trabalhadores e todos pensionistas, e que os media silenciam sistematicamente? Estamos aqui para ver.

#### **A MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES DA AUTOEUROPA E O PAPEL DO “EXPRESSO”**

Tem-se assistido na última semana a uma campanha vergonhosa de manipulação e de pressão da opinião pública contra os trabalhadores da Autoeuropa levada a cabo pelos principais media, de que é exemplo o Expresso. Para os meios de comunicação ditos “*independentes*”, e para os seus jornalistas/comentadores “*objetivos*”, a luta dos trabalhadores contra condições inaceitáveis de trabalho que a administração da Autoeuropa pretende impor resume-se a uma luta entre o sindicato da CGTP e a Comissão de Trabalhadores que até há pouco tempo controlada por um membro do BE.

Quem tenha dado ao trabalho de desfolhar, por ex, o Expresso de 2.9.2017, certamente ficará espantado com a profusão de comentários sobre a greve na Autoeuropa, todos eles coincidentes, como tivessem a origem na mesma central de informação.

Para Nicolau dos Santos “*há um assalto ao castelo na Autoeuropa e só não vê quem não quer*”; para João Duque, “*a situação atual está a delapidar o património numa guerra que os portugueses não entendem (até chega ao deslante de se eleger representante dos portugueses) e a que os trabalhadores da Volkswagen na República esfregam as mãos*” (lá vem a ameaça do papão da deslocalização numa tentativa de submeter pelo medo os trabalhadores); para o autoconvencido Daniel Bessa “*um sindicato da CGTP resolveu, esta semana, minar a confiança na Autoeuropa*”. Falando de cátedra e sem se dar ao trabalho de estudar a situação, como é habitual, Miguel Sousa Tavares não deixa de dar também o seu palpite sobre a luta dos trabalhadores da Autoeuropa escrevendo, entre outras coisas, o seguinte: “*Durante décadas, o PCP e a CGTP viveram com uma espinha atravessada na garganta: a Autoeuropa...a CGTP conseguiu finalmente conquistar o apoio da maioria dos trabalhadores ... deitou ao lixo o clima de confiança entre trabalhadores e administração*”. Até o editorial do “Expresso”, a negro para chamar a atenção, refere que a greve na Autoeuropa é “*Mais do que uma greve...É a tentativa clara de um sindicato afeto à CGTP passar a controlar uma das maiores e mais importantes empresas*”. É uma autentica santa aliança a que se juntaram outros media e também o ex-coordenador da Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa, que da sua situação de reformado, veio em defesa da administração alimentando a campanha na comunicação social

Todos estes comentadores e jornalistas *ditos independentes e objetivos* não se deram ao trabalho de sair do conforto das seus gabinetes, de procurar saber junto dos próprios trabalhadores, investigando, como os horários e as folgas que a administração da Autoeuropa pretende unilateralmente impor, afetaria as suas vidas e a das suas famílias. Para esses senhores não há contraditório, a vida dos trabalhadores, a vida da família dos trabalhadores, a dignidade dos trabalhadores não contam, não têm importância, não são dignos para ser considerados e respeitados, não são humanos que merecem respeito, o que é importante é assegurar a competitividade e os lucros da Autoeuropa, mesmo à custa de condições de trabalho inaceitáveis. Uma empresa de um grupo que enganou durante anos os seus clientes em todo o mundo e que agora está a se virar contra os seus próprios trabalhadores. Para o Expresso e para outros “expressos”, e mesmo para políticos da direita e, infelizmente, alguns do PS, os trabalhadores devem aceitar obedientemente os ditames de uma empresa que tem altamente lucrado com o seu trabalho e empenhamento, mesmo que isso seja à custa da sua vida pessoal e familiar e, repetimos, de condições inaceitáveis de trabalho. E mais papistas que o próprio papa, acrescentam que só assim é que a empresa ficará em Portugal (!)

Mas assim vai o jornalismo sem contraditório dito “*independente*” em Portugal, assim vão os comentadores bem pagos que são escolhidos a dedo e proliferam nos principais media no nosso país, e assim vai a submissão dos media, dos jornalistas e comentadores ao estrangeiro. A greve da Autoeuropa também teve a virtude de destapar tudo isto para reflexão dos portugueses sobre o jornalismo de “*catavento*” do poder sem contraditório que se faz em Portugal e sobre os comentadores escolhidos a dedo pelo poder económico que proliferam nos media e que interesses defendem. **Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) , 3-9-2017**